



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001030-08.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia - ASSENGE.

ASSUNTO: Final - Concorrência Eletrônica - Contratação de pessoa jurídica especializada - Execução da obra de ampliação e reforma do fórum eleitoral de Vilhena - **Análise**.

PARECER JURÍDICO Nº 295 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Assessoria de Engenharia - ASSENGE**, com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à contratação de empresa especializada para realização da ampliação e reforma no Edifício do Fórum Eleitoral, com os contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([1027182](#)).

02. O relato completo do procedimento até a elaboração dos documentos da fase preparatória, entre eles Projeto Básico nº 22/2023 versão final – ASSENGE ([1071871](#)) e minuta de edital versão final ([1072708](#)), está reproduzido no **Parecer Jurídico nº 229/2023** ([1072716](#)). Na sequência, após Manifestação nº 445/2023 ([1072727](#)) do Secretário da SAOFC, a Diretora-geral aprovou os documentos integrantes da fase de planejamento da contratação, autorizou a contratação pretendida, mediante licitação na modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento no art. 6º, incisos XXVIII e XXXVIII c/c art. 17, § 2º c/c art. 29 c/c art. 46, inciso I, todos da Lei nº 14.133/2021, autorizou a divulgação dos valores estimados para a contratação, consoante Despacho nº 1215/2023 – GABDG ([1072860](#)).

03. Dando continuidade ao procedimento, o SAOFC remeteu o feito à ASLIC para divulgação do edital na forma determinada e a realização do certame competitivo ([1073202](#)).

04. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de Propostas ([1081973](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Proposta inicial e pós diligências da licitante **V. FERNANDES NOGUEIRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.238.248/0001-04 – ([1082183](#)) ([1087276](#)) ([1089311](#));

c) Proposta e declarações da licitante **T F DE SOUZA SOARES LTDA- EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.297.841/0001-97 - ([1090103](#)) ([1090109](#));

d) Proposta inicial da licitante **MR CONSTRUCOES E LOCACOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.797.715/0001-82 - ([1081973](#));

e) Proposta inicial e pós diligências da licitante **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.209.450/0001-78 - ([1093320](#)) ([1094154](#));

f) Documentos de habilitação e declarações da licitante **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI** juntados nos eventos ([1094956](#) [1092948](#)), que, após manifestação das unidades técnicas ([1094999](#) [1095207](#)), foram aceitos;

g) Relatório de julgamento com as informações relacionadas à operacionalização da presente contratação ([1095465](#));

Fase Recursal:

Não foram apresentados recursos.

05. Por fim, o Agente de Contratação registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 65/2023 ([1096386](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1096398](#)). **É o necessário relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 55, II, “a”, da Lei nº 14.133/21, dando-se a devida publicação do edital de licitação, com observância do prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([1074737](#)), em atendimento ao disposto na disposição legal citada.

07. Ainda, verifica-se no evento ([1074737](#)) a publicidade do instrumento convocatório realizada mediante sua divulgação no Portal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 54 da Lei nº 14.133/2021, a ocorrência da publicação do extrato do edital no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, como preconiza o §1º do artigo citado, bem como a sua divulgação adicional e a manutenção do seu interior teor no sítio eletrônico oficial deste Regional.

08. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Agente de Contratação:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital: não houve.

b) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados no termo de julgamento ([1095465](#));

d) Item deserto: Não houve;

e) Cancelados na Aceitação: Não houve;

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Agente de Contratação negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

ANÁLISE: As diversas ocorrências foram registradas no item 5.2 do Relatório do Agente de Contratação ([1096386](#)), cujas justificativas - também alinhadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de não aceitação das propostas.

Proposta da empresa **V. FERNANDES NOGUEIRA LTDA:**

Verifica-se que foi oportunizado à empresa prazo para realização dos ajustes em sua proposta, mas ainda assim, não atendeu às integralmente às diligências solicitadas pela unidade demandante, sendo sua proposta recusada ([1089709](#)). Esta Assessoria entende como legal e provida de lastro normativo a recusa da proposta, visto que, conforme item 7.9 do edital de Concorrência Eletrônica 03/2023, será desclassificada a proposta da empresa que não apresentar comprovações, documentação complementar, anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Agente de Contratação.

Proposta da empresa **T F DE SOUZA SOARES LTDA-EPP:**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Verifica-se que foi oportunizado à empresa prazo para realização dos ajustes em sua proposta, mas ainda assim, não atendeu às integralmente às diligências solicitadas pela unidade demandante, sendo sua proposta recusada ([1090474](#)). Esta Assessoria entende como legal e provida de lastro normativo a recusa da proposta, visto que, conforme item 7.9 do edital de Concorrência Eletrônica 03/2023, será desclassificada a proposta da empresa que não apresentar comprovações, documentação complementar, anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Agente de Contratação.

Proposta da empresa **MR CONSTRUCOES E LOCACOES LTDA:**

Verifica-se que foi oportunizado à empresa prazo para apresentação da proposta ajustada e seus anexos, conforme previsto no item 5.2.2 do edital, mas não houve resposta por parte. Sendo assim, esta Assessoria entende como legal e provida de lastro normativo a recusa da proposta, visto que, conforme item 5.2.2 do edital de Concorrência Eletrônica 03/2023, as empresas são obrigadas a apresentar o anexo de propostas ([1093329](#)).

Proposta da empresa **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI:**

Após oportunizado à empresa prazo para apresentação da proposta ajustada e seus anexos, proposta da empresa foi aceita com a oitiva prévia da unidade demandante ([1094593](#)), determinante para a aceitação da seguinte proposta, a saber:

- **item único no valor total de R\$ 599.998,00 à licitante NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI ([1094154](#));**

De acordo com os registros constantes do termo de julgamento trazido ao processo, houve abertura da fase de negociação com todas as licitantes participantes no intuito de redução do preço ofertado, contudo sem êxito na negociação quanto à proposta vencedora. Ainda assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nas decisões do Agente de Contratação que agiu conforme disciplina a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

g) Fase de Habilitação: Após a juntada dos documentos de habilitação ([1094956](#)), a unidade demandante manifestou pelo cumprimento das exigências editalícias ([1094999](#) [1095207](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ANÁLISE: Esta Assessoria entende como legal e provida de lastro normativo a habilitação da empresa **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI**, visto que atendeu aos requisitos do edital de Concorrência Eletrônica 03/2023. Dessa forma, de acordo com os registros que constam Termo de Julgamento ([1095465](#)), a documentação da licitante foi julgada regular.

FASE RECURSAL:

INTENÇÃO DE RECURSO:

Não houve;

9. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Termo de Julgamento. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – DA CONCLUSÃO

10. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

I - Pela **adjudicação** do item único do objeto pela autoridade superior em favor da licitante **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI**, CNPJ nº 12.209.450/0001-78, detentora da melhor proposta oferecida no certame;

II - Pela **homologação do certame pela autoridade competente**, nos exatos contornos dos Termos de Julgamento ([1095465](#)), com fundamento no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

11. Orienta-se que, após a decisão da autoridade superior, os autos retornem à ASLIC para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

12. Ressalta-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 11/12/2023, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 11/12/2023, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1096561** e o código CRC **C69DBD63**.